


Marcelo Godoy

email: marcelo.godoy@estadao.com; twitter: @MarceloGodoy000

A República ou narcoestado

Um espectro ronda o Brasil: o espectro do crime organizado. Trabalhadores, policiais, empresários, religiosos, ateus, brancos, negros ou índios têm vivido uma guerra ininterrupta ora franca ora disfarçada; uma guerra que sempre terminou pela derrota de uma das partes nesse conflito: o Estado ou a criminalidade organizada.

O acento deslocado aqui das lutas sociais para a paz e segurança pública não significa renúncia à civilização em defesa de soluções de força. Poder não se confunde com violência, como ensinava Hannah Arendt; ela só se estabelece onde o poder é fra-

co ou está em crise. É o que vivemos na Segurança Pública do País. O alerta agora vem da Operação Fim da Linha, executada ontem pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) e pela Receita Federal. Ela mostra o grau da captura do sistema público de transporte pelo Primeiro Comando da Capital (PCC). Foram cumpridos dezenas de mandados de busca e decretado bloqueio de bens até o limite de R\$ 680 milhões, além de prisões.

Mas não deve parar por aí. Um esquema assim não se circunscreve à maior cidade do País. Ele se espalha como uma metástase pelo interior, por mu-

nicipios sem estrutura para lidar com a sofisticação cada vez maior dos esquemas de fraudes e lavagem de dinheiro de organizações criminosas, que, eviden-

Promotores apuram envolvimento de agentes públicos no megasquema de lavagem de dinheiro

temente, não teriam se estabelecido sem a incompetência e a desídia de quem devia combatê-las ou simplesmente sem a corrupção de agentes públicos. Essa é a certeza compartilhada pe-

los promotores responsáveis pela operação: há ainda um longo caminho para desentocar do Legislativo e do Executivo os que foram corrompidos pelo dinheiro das organizações criminosas.

A lição que Gaeco e Receita deixam aos adeptos do estilo Rambo de policiamento é a do fracasso de quem acha que vai derrotar o crime organizado na base da bala. O coronel José Vicente da Silva Filho usa o exemplo da comunidade do Jacarezinho, no Rio, ao tratar do fiasco dessatática. “De 2007 a 2020 foram feitas ali 289 operações com 186 mortes. Não era para ter resolvido o problema de segurança nas primeiras ações?” A

pergunta é pertinente. Ações como a Operação Escudo não arranharam a unha do PCC.

Normalmente, trulculência da polícia só encarece o acerto e a venda de segurança privada. Os suspeitos de sempre são baleados pelo populismo policial, que só interessa aos deputados policiais e aos que aplaudem a barbárie como se estivessem no coliseu romano. Não faltará bandido pé de chinelo para substituir os mortos. Enquanto isso, o crime se enriquece nas barbas de políticos que, atrás dos tiros, enxergam apenas votos. ●

REPORTER ESPECIAL

SEG. Carlos Pereira e Diego Schelp (quizenalmento) • TER. Eliane Cantanhêde • QUA. Vera Rosa e Marcelo Godoy (quizenalmento) • QUL. William Waack • SEX. Eliane Cantanhêde • DOM. Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

(IN)SEGURANÇA PÚBLICA : OPERAÇÃO FIM DA LINHA

Receita mapeia ‘holdings’ do PCC que giraram R\$ 732 milhões com revenda de bens de luxo

Segundo auditores, empresas negociavam imóveis e veículos e distribuía dividendos entre os sócios para ‘esquentar’ dinheiro

 PEPITA ORTEGA
FAUSTO MACEDO

A Receita Federal abriu ontem fiscalizações contra empresários e pessoas jurídicas investigados na Operação Fim da Linha, apuração sobre lavagem de dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC) via empresas de ônibus que mantêm contratos com a Prefeitura de São Paulo. Segundo o Fisco, os alvos das fiscalizações têm patrimônio total de R\$ 148 milhões e movimentaram, entre 2020 e 2022, R\$ 732 milhões em suas contas. Os auditores que vasculham os ativos ocultos da quadrilha estimam que serão lavrados autos de infração de R\$ 200 milhões contra os investigados.

Ao longo do inquérito – cuja fase ostensiva foi aberta ontem, com a prisão de quatro investigados e buscas em 52 endereços –, a Receita identificou os métodos que teriam sido usados pela quadrilha para a lavagem de dinheiro do PCC: “integralizações de capital social de empresas com valores sem origem lícita, movimentações financeiras atípicas e distribuições de lucro desordenadas e sem lastro financeiro”.



Um dos imóveis alvo da operação; Fisco rastreou transações de compra e venda de bens de alto padrão

‘Ocultadores profissionais’

R\$ 200 mi é o valor dos autos de infração que serão lavrados contra os investigados, diz o Fisco
R\$ 14,8 mi foram repassados em dividendos por empresa que registrou prejuízo de R\$ 5 milhões

Os auditores apontam, por exemplo, que as empresas sob investigação na Operação Fim da Linha distribuía dividendos milionários a seus sócios, mesmo quando as companhias registravam prejuízos. Em um dos casos, a empresa

teve um prejuízo de R\$ 5 milhões entre os anos de 2015 e 2022, e, ainda assim, no mesmo período, distribuiu R\$ 14,8 milhões em dividendos para um de seus sócios.

“A distribuição de dividendos, além de ‘esquentar’ o dinheiro ilícito, possibilitava o não pagamento de tributos pelos beneficiários, uma vez que esse tipo de rendimento é isento de imposto de renda”, afirmaram os auditores que integram a investigação.

IMÓVEIS. O Fisco identificou várias operações de compra e venda de imóveis de alto padrão e de outros bens de luxo em uma “complexa rede de holdings, empresas de participação e revendedoras de veícu-

los de propriedade de terceiros relacionados aos contribuintes investigados”. De acordo com a Receita, essa rede é integrada por “ocultadores profissionais de bens”.

Entre os bens revendidos por uma dessas empresas está o helicóptero, usado em 2018, para transportar os líderes do PCC Rogério Jeremias de Simone, o “Gegê do Mangue”, e Fabiano Alves de Souza, o “Paca” – logo em seguida, os dois foram mortos a tiros por integrantes da mesma organização criminosa, em Fortaleza (CE). Também foi intermediada a venda do apartamento da mulher de um traficante internacional.

Ainda chamou atenção dos investigadores uma revendedora de veículos de luxo que

Promotora apreende fuzis, submetalhadora, pistolas e revólver

Durante as diligências da Operação Fim da Linha, a Polícia Militar e o Ministério Público de São Paulo apreenderam dois fuzis, uma submetalhadora, duas pistolas e um revólver.

Houve diligências na capital e nas cidades de Barueri, Cotia, Mauá, Guarulhos, Itapeverica da Serra, Itaquaquecetuba, Guarujá, Itu, Santana de Parnaíba, São Bernardo do Campo e São José dos Campos. ● P.A.

fazia operações de compra e venda sem registrar o real proprietário dos carros.

LICITAÇÕES. Os esquemas ainda contava com a participação de “experientes contadores”, responsáveis por viabilizar os “complexos métodos” de lavagem de dinheiro. Eles também estão entre os alvos da ofensiva aberta na manhã de ontem.

Ainda de acordo com o Fisco, uma das empresas realizou compensações tributárias fraudulentas de pelo menos R\$ 25 milhões em débitos de impostos federais. Após tal procedimento, a companhia podia emitir Certidões Negativas de Débitos, documento necessário para que ela participasse de licitações. ●